

# Relatório de Gestão

## Ano 2016

### INTRODUÇÃO

#### Enquadramento Legal

Compete ao Executivo Municipal apresentar, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro designado "POCAL", na sua redação atual, os **Documentos de Prestação de Contas do Município e o Relatório de Gestão**, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Os Documentos de Prestação de Contas são elaborados conforme estabelece a Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção – Tribunal de Contas, de 12 de julho de 2001, que aprovou as Instruções n.º 1/2001, para a organização e documentação das contas das Autarquias Locais e Entidades equiparadas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, publicadas no Diário da República, II Série, n.º 191, de 18 de Agosto de 2001, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º6/2013 – 2ª Secção.

Um dos documentos de prestação de contas obrigatório, referido na resolução, com o número 28 é o Relatório de Gestão.

O Relatório de Gestão tem uma finalidade complementar; e é elaborado, no sentido de disponibilizar um conjunto de elementos de carácter económico, financeiro, funcional e social, que ajudem a uma melhor compreensão da atividade desenvolvida pelo Município no ano a que o mesmo se refere.

O Relatório de Gestão é elaborado nos termos do ponto 13 do POCAL, considerando, nomeadamente, os seguintes aspetos:

- a) A situação económica relativa ao exercício, analisando em especial, a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da Autarquia, designadamente no que respeita ao investimento efetuado, principais custos de funcionamento, custos e proveitos diversos;
- b) Uma síntese da situação financeira da Autarquia Local, evidenciando saldos de tesouraria e os limites de endividamento;
- c) Uma síntese da evolução das dívidas da Autarquia na perspetiva de curto, médio e longo prazo;
- d) A proposta para aplicação dos Resultados.

## **Enquadramento Específico**

Um pouco à semelhança do ano anterior, 2016, ainda sem o impacto resultante de novos financiamentos ao abrigo do novo quadro comunitário, os investimentos levados a cabo pela Autarquia resultaram essencialmente da afetação das suas disponibilidades internas, que foram sendo canalizadas para um conjunto de investimentos que se encontravam em carteira e que se consideraram como prioritários. Após as primeiras novidades acerca do novo quadro comunitário, o Município pode alinhar uma estratégia de investimento que se concretizou no lançamento a concurso de um conjunto de investimentos, que apesar de não terem registado execução financeira em 2016, foi possível percorrer todo o processo administrativo e de contratação e dessa forma assegurar que um conjunto significativo de investimentos vão concretizar-se em 2017.

## **Síntese da Atividade Desenvolvida**

Ao longo do ano 2016 foi possível continuar a assegurar a normal agenda das iniciativas já habitualmente levadas a efeito pela Autarquia, dentro das estimativas orçamentais habituais. Iniciativas essas que continuam a crescer, continuam com uma dinâmica muito forte e que são sem dúvida um importante contributo para a afirmação do Concelho de Mértola como destino turístico de qualidade, potenciando dessa forma a economia local.

De entre as iniciativas que mais se destacaram, aparece à cabeça, desde logo a 7ª edição da Feira da Caça de Mértola que continua a crescer em quantidade e em qualidade e a merecer da parte de todos os que nos visitam enormes elogios.

No que respeita às obras propriamente ditas, em 2016 concretizaram-se mais um conjunto de intervenções significativas e de relevante importância para a estratégia económico-social do nosso Concelho.

Desde logo o início da construção do loteamento habitacional na Mina de São Domingos, um investimento aguardado com enorme expectativa, assegurado totalmente com financiamento próprio. Arrançou no início do ano e está em fase de conclusão, estando em simultâneo a ser preparado o regulamento de venda em hasta público dos lotes.

Iniciaram-se também as obras de abastecimento de água, saneamento e pavimentação de arruamentos em João Serra. Obra esta, que está praticamente concluída, seguindo-se assim a lógica de beneficiação das povoações com maior número de população.

Noutro âmbito, mas também de extrema necessidade, iniciaram-se as obras de reforço dos muros no Cemitério da Nossa Senhora das Neves, intervenção essa também há muito aguardada, mas que dada a sua complexidade foi necessário algum tempo até que se pudesse definir uma intervenção adequada. Ainda nesta área iniciaram-se as obras de relevada importância de adaptação da Casa Mortuária de Mértola. Uma

intervenção de grande utilidade que para além de tornar o espaço mais funcional, proporcionou um arranjo de toda a área envolvente o que trouxe uma imagem diferente a toda aquela área.

De referir ainda as importantes intervenções levadas a efeito por Administração direta, como sejam a pavimentação do ramal de ligação entre São Miguel do Pinheiro passando por Alcaria Longa, até a Estrada Nacional 267 e a repavimentação da estrada de João Serra – cruzamento dos Namorados e ainda o ramal de acesso á entrada de Corte Pinto.

Foram ainda intervencionados os arruamentos em betonilha em Corte Gafo de Baixo e no Monte dos Bens. Ao nível da habitação social, a recuperação integral do edifício da rua 5 de Outubro, a habitação destinada ao projeto de residência partilhada na Avenida Aureliano Mira Fernandes, bem como a habitação em Além Rio para a residência dos estudantes. Os melhoramentos no Cais de Mértola, a pavimentação do acesso ao hotel da Mina São Domingos, e outras intervenções ao nível dos arruamentos também na Mina de São Domingos, bem como as obras de remodelação do Mercado Municipal da Mina, são outros exemplos da grande dinâmica do setor de obras por administração direta.

Ao longo de 2016 foram ainda intervencionados, por administração direta e também por empreitada diversos caminhos em terra batida.

Das obras que foram concluídas em 2016, destacam-se a Obra de Remodelação da Ponte sobre o Rio Oeiras, as intervenções na Frente Ribeirinha bem como a conclusão dos projetos de modernização administrativa, com a ligação da fibra ótica e a implementação do Balcão único de atendimento.

Em termos globais, as ações concretizadas, por área de intervenção, totalizaram os seguintes valores, em euros:

Administração Geral	-	400.806€
Segurança e Ordem Pública	-	88.736€
Educação	-	398.513€
Ação Social	-	295.865€
Habitação e Serviços Coletivos	-	2.003.350€
Serviços Culturais e Recreativos	-	436.777€
Indústria e Energia	-	681.730€
Transportes e Comunicações	-	704.472€
Comércio e Turismo	-	448.649€
Administração Autárquica	-	144.723€
Parque Móvel	-	773.347€

## **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA**

Neste capítulo do relatório de gestão pretende-se avaliar de forma detalhada o desempenho financeiro do Município ao longo do ano 2016.

Tentaremos nos próximos parágrafos analisar exaustivamente a evolução das principais rúbricas do orçamento da receita e da despesa, tendo sempre como referência por um lado os valores previsionais e por outro lado também os resultados alcançados no ano anterior, dando, sempre que se justifique, as explicações devidas e necessárias para os desvios verificados.

Em termos globais o Município gerou no exercício de 2016 receitas no montante de 14.680.413€, tendo executado despesas no montante global de 13.127.916€.

Com a afetação do Saldo de Gerência transitado de 2015 no montante de 3.723.718,86€ a receita global ascendeu aos 18.404.132€.

Da relação destas variáveis apuramos um saldo para a gerência seguinte de 5.276.215,26€.

Após aprovação da conta de gerência de 2016, o saldo apurado irá permitir, através de uma revisão orçamental aumentar o orçamento municipal disponível de 2017, revisão essa que será presente aos órgãos competentes para aprovação em simultâneo com o presente relatório de gestão.

Um dado a registar prende-se com o facto de a Autarquia conseguir ao longo dos últimos anos gerar receitas suficientes para cobrir toda a despesa gerada, sendo que neste ano em concreto, conseguiu uma poupança de aproximadamente de um milhão e meio de euros, que adicionada ao saldo de tesouraria existente no dia um de janeiro de 2016 se traduz no significativo saldo de gerência evidenciado.

A aplicação do saldo de gerência irá permitir dotar do ponto de vista orçamental projetos e ações cujos concursos já estão a decorrer, como sejam, a construção do Pavilhão Multiusos de Mértola, a construção do Lar de São Miguel do Pinheiro, a Construção do Centro de Atividades Ocupacionais para deficientes, o Saneamento e Pavimentação em Montes Altos, o Saneamento e Pavimentação em Alcaria Longa, Alves e Picoitos.

## COMPARAÇÃO ENTRE ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E O ORÇAMENTO EXECUTADO

No **Quadro 1** apresentamos de forma resumida o valor global da receita e despesa do ano, comparando o Orçamento inicial com o Orçamento final, dando simultaneamente conta dos valores globais da execução e os respetivos desvios relativamente ao que estava inicialmente orçamentado.

### Relatório de Execução Financeira

#### Quadro 1 - Orçamento Inicial, Final e Execução

DESIGNAÇÃO	Orçamento 2016		Execução	Desvio		Taxa de Execução
	Inicial (1)	Final (2)		(4) = (2)-(1)	(5) = (3)-(2)	
<b>RECEITAS</b>						
Correntes	12 095 223,00	12 384 069,00	12 352 820,62	288 846,00	-31 248,38	100%
Capital	1 927 620,00	2 983 821,00	2 323 487,90	1 056 201,00	-660 333,10	78%
Outras Receitas	1,00	3 723 719,86	3 727 823,57	3 723 718,86	4 103,71	100%
<b>TOTAL</b>	<b>14 022 844,00</b>	<b>19 091 609,86</b>	<b>18 404 132,09</b>	<b>5 068 765,86</b>	<b>-687 477,77</b>	<b>96%</b>
<b>DESPESAS</b>						
Correntes	9 117 484,00	11 136 002,00	9 126 985,17	2 018 518,00	-2 009 016,83	82%
Capital	4 905 360,00	7 955 607,86	4 000 931,66	3 050 247,86	-3 954 676,20	50%
<b>TOTAL</b>	<b>14 022 844,00</b>	<b>19 091 609,86</b>	<b>13 127 916,83</b>	<b>5 068 765,86</b>	<b>-5 963 693,03</b>	<b>69%</b>

O Orçamento inicial de 2016 apresentava uma dotação na ordem dos catorze milhões de euros. Fruto da introdução do saldo de gerência anterior e da aprovação de alguns financiamentos que se encontravam em overbooking o orçamento final ascendeu aos dezanove milhões de euros. Um acréscimo na ordem dos 35%. Comparando a execução da receita e da despesa relativamente aos valores previstos no Orçamento final, obtém-se uma taxa de execução global de 96% do lado da receita e 69% do lado da despesa. Os níveis de execução apresentados em 2016, do lado da receita, são muito idênticos aos que habitualmente o município apresenta e comprovam dessa forma o rigor que sempre defendemos quer na elaboração dos documentos previsionais quer na sua execução.

De destacar ainda o excelente desempenho na receita corrente que atingiu uma execução de 100%, significa que toda a receita que se previa arrecadar foi concretizada. De referir também que apesar da excelente execução, 78%, que os níveis de execução são sempre menores na componentes de capital, por se tratar de receita em que existe sempre um iato temporal considerável entre a aprovação dos financiamento e a efetiva arrecadação.

## MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Em 2016 realizaram-se catorze alterações e três revisões ao orçamento municipal e às grandes opções do plano. Comparativamente com o ano anterior realizou-se o mesmo número de alterações e mais uma revisão.

Na sua grande maioria as alterações elaboradas serviram para introduzir os ajustamentos necessários ao nível das rubricas da despesa, ou seja, implicaram na maioria dos casos um reforço em determinadas rubricas da despesa compensado pela redução de outras rubricas da despesa, ou seja não implicaram qualquer alteração do ponto de vista da estrutura do orçamento.

O ajustamento mais significativo, foi introduzido pela 2ª revisão ao orçamento aprovada em abril. Esta revisão, para além da introdução do saldo da gerência de 2015, permitiu reforçar algumas rúbricas de despesa corrente que estavam subdotadas no orçamento inicial, permitiu ainda, compensar os ajustamentos necessários da componente de capital.

### **ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

Através da análise da execução do orçamento da receita e da despesa podemos verificar o montante total quer da receita arrecadada quer da despesa efetivamente paga, bem como os respetivos desvios face ao inicialmente previsto.

Para além desta informação é interessante analisar também, o peso de cada rubrica no total do orçamento, bem como o seu comportamento anual e ainda a sua evolução face ao ano anterior.

As disponibilidades financeiras do Município de Mértola na gerência de 2016 apuradas através da execução orçamental traduziram-se no seguinte resumo:

Saldo da Gerência de 2015		3.723.718,86€
Receita total cobrada na Gerência de 2016		14.680.413,23€
	<b>SOMA</b>	<b>18.404.132,09€</b>
Despesa efetuada na Gerência de 2016		13.127.916,83€
Saldo para a Gerência seguinte (2017)		5.276.215,26€

### **Análise Global da Receita**

As receitas totais no ano em apreciação ascenderam a 18.404.132€, sendo 67% de receitas correntes num total de 12.352.820,62€, e 12% de receitas de capital, no valor de 2.323.487,90€ e 20% de outras receitas, no valor de 3.727.718,86€, que inclui o saldo da gerência e as reposições não abatidas aos pagamentos.

## **Receita Corrente**

Com uma execução de 100% estamos perante a melhor execução já alguma vez alcançada, o que só é possível de alcançar em Municípios que utilizam o orçamento como um verdadeiro instrumento de gestão. Em 2016 mais uma vez, confirmando a tendência dos últimos orçamentos, a execução da receita corrente atingiu uma execução altíssima.

A receita corrente arrecadada deriva essencialmente das transferências do orçamento de estado mas também dos impostos cobrados, das vendas de bens e serviços correntes, dos rendimentos de propriedade e das taxas. Esta componente da receita serve essencialmente para fazer face à gestão corrente da Autarquia permitindo o financiamento das despesas correntes.

Através da análise do **Quadro 2**, que apresentamos de seguida, é possível analisar quer a estrutura quer a execução da receita corrente da Autarquia.

### **Relatório de Execução Financeira**

#### **Quadro 2 - Receita Corrente 2016**

<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>Orçamento Final</b>	<b>%</b>	<b>Receita Cobrada</b>	<b>%</b>	<b>Desvio</b>	<b>Taxa de Execução</b>
Impostos Diretos	628 531,00	5%	634 354,26	5,1%	5 823,26	101%
Impostos Indiretos	7 516,00	0%	16 872,25	0,1%	9 356,25	224%
Taxas, Multas e Penalidades	131 037,00	1%	168 329,36	1,4%	37 292,36	128%
Rendimentos de Propriedades	491 530,00	4%	623 800,61	5,0%	132 270,61	127%
Transferências Correntes	10 112 326,00	82%	9 903 016,95	80,2%	-209 309,05	98%
Venda de Bens e Serviços Correntes	729 383,00	6%	758 756,28	6,1%	29 373,28	104%
Outras Receitas Correntes	283 746,00	2%	247 690,91	2,0%	-36 055,09	87%
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>12 384 069,00</b>	<b>100%</b>	<b>12 352 820,62</b>	<b>100%</b>	<b>-31 248,38</b>	<b>100%</b>

Da análise à estrutura da receita corrente confirma-se a forte dependência da Autarquia face às transferências correntes, ou seja, essencialmente das transferências resultantes do Orçamento do Estado. As vendas e serviços correntes e os impostos indiretos totalizam no seu conjunto pouco mais de 10%.

Um dado relevante tem a ver com o facto de todas as rubricas da receita, à exceção das transferências proveniente dos fundos comunitários e as outras receitas correntes, apresentaram uma execução acima do estimado.

Comparativamente com o ano anterior, registou-se uma ligeira quebra de 8%, ao nível dos impostos indiretos, e um acréscimo de receita ao nível da venda de bens e serviços correntes de 17%, das taxas com 28% e dos rendimentos de propriedade com 11%.

## **Receita de Capital**

A receita de capital totalizou o montante de 2.323.487,90€, o que representa aproximadamente cerca de 13% da receita total da Autarquia.

O peso relativo desta componente da receita oscila em função do andamento dos quadros comunitário, pelo que, encontrando-nos nesta fase no início de um novo quadro mas ainda sem impacto direto na receita, daí o valor pouco significativo que apresenta.

Esta componente da receita apresenta uma execução na ordem dos 78% em relação ao valor previsto no orçamento final de 2016 – **Quadro 3**.

### **Relatório de Execução Financeira**

#### **Quadro 3 - Receita de Capital 2016**

RECEITAS DE CAPITAL	Orçamento Final	%	Receita Cobrada	%	Desvio	Taxa de Execução
Venda de Bens de Investimento	259 322,00	9%	99 284,30	4%	-160 037,70	38%
Transferências de Capital	2 723 297,00	91%	2 222 903,60	96%	-500 393,40	82%
Ativos Financeiros	1 200,00	0%	1 300,00	0%	100,00	108%
Passivos Financeiros	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Outras Receitas de Capital	2,00	0%	0,00	0%	-2,00	0%
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>2 983 821,00</b>	<b>100%</b>	<b>2 323 487,90</b>	<b>100%</b>	<b>-660 333,10</b>	<b>78%</b>

## **Análise Global da Despesa**

O orçamento final de 2016 apresentou uma dotação global de 19.091.609,86€, sendo que 11.136.002,00€ respeita a despesa corrente e 7.955.607,86€ a despesa de capital.

A taxa de execução das despesas correntes é de 82%, num total de 9.126.985,17€, enquanto a execução da despesa de capital se situou nos 50% com 4.000.931,66€.

Comparativamente com o ano anterior regista-se um ligeiro acréscimo da despesa corrente na ordem dos 5%, originado essencialmente pela rúbrica aquisição de bens e serviços correntes e pela rúbrica das despesas com pessoal.

A despesa de capital por sua vez atingiu o valor de 4 000.931,66€, cerca de 17% abaixo do valor realizado em 2015.

Em termos absolutos a despesa corrente paga, que em 2015 totalizou 8.685.646,63€ situou-se no final de 2016 nos 9.126.985,17€. E a despesa de capital que em 2015 atingiu o valor de 4.807.877,92€, no final de 2016 não foi além dos 4.00.931,66€

## **Despesa Corrente**

Neste ponto será efetuada uma breve abordagem aos valores orçamentados da despesa corrente comparativamente com os valores executados, retirando algumas conclusões acerca dos desvios mais significativos verificados. - **Quadro 4.**

### Relatório de Execução Financeira

#### Quadro 4 - Despesa Corrente 2016

DESPESAS CORRENTES	Orçamento Final	%	Despesa Paga	%	Desvio	Taxa de Execução
<b>Pessoal</b>	5 037 640,00	45%	4 642 286,26	51%	-395 353,74	92%
<b>Aquisição de Bens e Serviços</b>	4 743 595,00	43%	3 437 298,18	38%	-1 306 296,82	72%
Aquisição de Bens	1 351 180,00	12%	963 879,15	11%	-387 300,85	71%
Aquisição de Serviços	3 392 415,00	30%	2 473 419,03	27%	-918 995,97	73%
<b>Juros e outros encargos</b>	18 530,00	0%	17 401,66	0%	-1 128,34	94%
<b>Transferências Correntes</b>	1 116 558,00	10%	874 983,20	10%	-241 574,80	78%
<b>Subsídios</b>	126 225,00	1%	110 062,40	1%	-16 162,60	87%
<b>Outras Despesas</b>	93 454,00	1%	44 953,47	0%	-48 500,53	48%
<b>Total das Despesas Corrente</b>	<b>11 136 002,00</b>	<b>100%</b>	<b>9 126 985,17</b>	<b>100%</b>	<b>-2 009 016,83</b>	<b>82%</b>

Em termos globais a despesa corrente, cujo previsão se situava nos 11.136.000€, em que as despesas de pessoal assumiam 45% do orçamento total e as aquisições de bens e serviços 43%, obteve uma execução de 9.126.000€, o que representa 82%.

As despesas com pessoal que atingiram os 4.642.000€ representam 51% do total da despesa corrente da Autarquia, percentagem dentro dos valores habitualmente verificados. De seguida surgem as despesas com a aquisição de bens e serviços, que atingiram uma execução de 3.437.298€, 38% da despesa corrente.

De notar ainda que todas as rubricas da despesa corrente evidenciam execuções abaixo dos valores orçamentados, o que representa sempre uma poupança efetiva.

## **Despesa de Capital**

O quadro seguinte permite observar a desagregação da despesa de capital, indicando para as respetivas dotações orçamentais o volume de despesa paga, respetiva estrutura e taxa de execução – **Quadro 5.**

## Relatório de Execução Financeira

### Quadro 5 - Despesa de Capital 2016

DESPESA DE CAPITAL	Orçamento Final	%	Despesa Paga	%	Desvio	Taxa de Execução
Aquisição de Bens de Capital	6 477 896,86	81%	2 853 069,73	71%	-3 624 827,13	44%
Transferências de Capital	513 576,00	6%	184 514,52	5%	-329 061,48	36%
Activos Financeiros	108 429,00	1%	108 428,00	3%	-1,00	100%
Passivos Financeiros	785 705,00	10%	785 354,52	20%	-350,48	100%
Outras Despesas	70 001,00	1%	69 564,89	2%	-436,11	99%
<b>Total da Despesa de Capital</b>	<b>7 955 607,86</b>	<b>100%</b>	<b>4 000 931,66</b>	<b>100%</b>	<b>-3 954 676,20</b>	<b>50%</b>

No ano 2016 foram pagas despesas de capital no montante de 4.000.931,66€ que representam cerca de 30% da despesa total paga pela autarquia nesse ano.

A estrutura da despesa de capital é constituída na sua maioria pela Aquisição de Bens de Investimento, que representam 71% do total da despesa de capital paga e cerca de 22% do total das despesas do Município.

Em 2016, apesar das expetativas altas, fruto dos atrasos na definição dos fundos comunitários, a execução de investimentos ficou amplamente amputada, e daí a explicação para que os níveis de execução nas rubricas de capital voltassem a descer.

## INVESTIMENTO MUNICIPAL

O Investimento Municipal previsto para o ano era de 6.477.896,98€, sendo que 3.105.537,86€, cerca de 48% correspondia a investimentos em Bens do Domínio Privado e 3.372.359,00€, cerca de 52% a investimentos em Bens do Domínio Público. Esta componente da despesa evidenciava uma expectativa de investimento que correspondia a cerca de 40% do total da despesa prevista.

A execução registada, na ordem dos 44%, deverá ser considerada aquém das expectativas, o que se prende essencialmente com os atrasos constantes verificadas na execução das empreitadas, fruto da complexidade por vezes inerente à execução das obras e também dos constantes incumprimentos de prazos pelos empreiteiros.

### Relatório de Execução Financeira

#### Quadro 6 - Investimento Municipal 2016

INVESTIMENTO DIRETO		Orçamento Final	%	Despesa Paga	%	Desvio	Taxa de Execução
<b>0102 07</b>	<b>Investimentos</b>	<b>6 477 896,86</b>		<b>2 853 069,73</b>		<b>-3 624 827,13</b>	<b>44%</b>
<b>0102 0701</b>	<b>Bens do Domínio Privado</b>	<b>3 105 537,86</b>	<b>47,9%</b>	<b>1 772 033,09</b>	<b>62,1%</b>	<b>-1 333 504,77</b>	<b>57%</b>
0102 070101	Terrenos	57 271,86	1,8%	26 032,50	1,5%	-31 239,36	45%
0102 070102	Habitacões	893 050,00	28,8%	707 364,55	39,9%	-185 685,45	79%
0102 070103	Edifícios	711 200,00	22,9%	177 305,89	10,0%	-533 894,11	25%
0102 070104	Construções Diversas	358 606,00	11,5%	156 868,10	8,9%	-201 737,90	44%
0102 070106	Material de Transporte	381 000,00	12,3%	234 512,90	13,2%	-146 487,10	62%
0102 070107	Equipamento Informático	87 000,00	2,8%	31 013,61	1,8%	-55 986,39	36%
0102 070108	Software Informático	113 800,00	3,7%	97 298,30	5,5%	-16 501,70	85%
0102 070109	Equipamento Administrativo	17 500,00	0,6%	6 541,17	0,4%	-10 958,83	37%
0102 070110	Equipamento Básico	486 110,00	15,7%	335 096,07	18,9%	-151 013,93	69%
0102 070111	Ferramentas e utensílios	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	
0102 070112	Artigos e objetos de valor	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	
<b>0102 0703</b>	<b>Bens do Domínio Público</b>	<b>3 372 359,00</b>	<b>52,1%</b>	<b>1 081 036,64</b>	<b>37,9%</b>	<b>-2 291 322,36</b>	<b>32%</b>
0102 070301	Terrenos e recursos naturais	15 000,00	0,4%	0,00	0,0%	-15 000,00	0%
0102 070302	Edifícios - Outros	1 500,00	0,0%	0,00	0,0%	-1 500,00	0%
0102 07030301	Viadutos, arruam.obras compl.	1 171 999,00	34,8%	394 794,34	36,5%	-777 204,66	34%
0102 07030302	Sist. dren. águas residuais	409 490,00	12,1%	177 484,01	16,4%	-232 005,99	43%
0102 07030303	Estações trat. de águas residuais	15 000,00	0,4%	1 740,45	0,2%	-13 259,55	12%
0102 07030305	Parques e jardins	15 000,00	0,4%	10 094,53	0,9%	-4 905,47	67%
0102 07030307	Captação e distribuição de água	385 750,00	11,4%	94 949,37	8,8%	-290 800,63	25%
0102 07030308	Viação rural	810 470,00	24,0%	280 787,52	26,0%	-529 682,48	35%
0102 07030309	Sinalização e trânsito	23 650,00	0,7%	8 870,86	0,8%	-14 779,14	38%
0102 07030310	Infraest. distrib. energia eléctrica	225 000,00	6,7%	45 330,44	4,2%	-179 669,56	20%
0102 07030312	Cemitérios	135 000,00	4,0%	56 483,95	5,2%	-78 516,05	42%
0102 07030313	Outros	131 000,00	3,9%	5 980,07	0,6%	-125 019,93	5%
102 070 306	Outros bens de domínio público	33 500,00	1,0%	4 521,10	0,4%	-28 978,90	13%

A evolução do investimento ao longo dos últimos anos é apresentada no quadro seguinte – **Quadro 7**

**Relatório de Execução Financeira**

**Quadro 7 - Investimento Municipal Evolução**

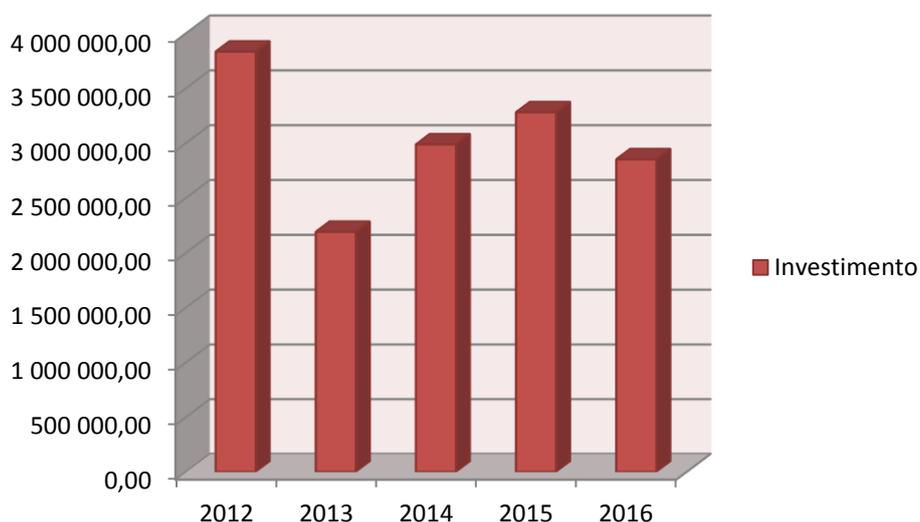
	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Investimento</b>	3 835 508,22	2 191 795,66	2 989 204,96	3 281 867,79	2 853 069,73

A informação apresentada reflete a execução verificada na rubrica da despesa com o código 07 – Aquisição de Bens de Capital, na prática a rubrica que determina o nível de investimento realizado.

A evolução positiva evidenciada nos últimos anos perspectivava um ano 2016 mais concretizador, o que não se verificou, fruto de alguns atrasos inesperados no início de algumas obras e na execução de outras.

Todos os indicadores apontam no sentido que o próximo exercício possa de vez ser o ponto de partida para um novo ciclo de grandes e importantes investimentos para o Concelho.

**Gráfico 1**



**Evolução do Investimento Municipal**

A análise do gráfico confirma exatamente o que acabamos de referir relativamente à tendência de investimento que se previa e que ficou de certa forma adiada.

## SÍNTESE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Neste capítulo pretende-se demonstrar o desempenho da tesouraria municipal bem como da estrutura da dívida.

- **O Saldo da Atividade Corrente** – O saldo da atividade corrente resulta da diferença entre a receita corrente arrecadada e a despesa corrente paga, em 2016 registou-se um saldo positivo de 3.225.835,45€. Comparativamente com o ano anterior o saldo corrente aumentou cerca de 100.000€. A Autarquia tem nos últimos anos optado por afetar 90% da receita proveniente do orçamento de estado à componente corrente, o que de certa forma justifica os saldos positivos apresentados. Esta situação na prática não representa qualquer constrangimento, considerando que o saldo corrente pode sempre ser utilizado para financiar despesa de capital, o que tem acontecido nos últimos anos.

- **O Saldo do Exercício** – O saldo do exercício reflete a diferença entre a receita total arrecada e a despesa total paga. Em 2016, com um saldo positivo de 1.522.496,40€, significa que a Autarquia gerou receita suficiente para cobrir toda a despesa e ainda conseguiu acumular ao saldo existente cerca de milhão e meio de euros.

- **O Saldo de Tesouraria** - O saldo de tesouraria resulta do saldo inicial existente em janeiro de 2016 adicionado do saldo do próprio exercício. No final de 2016 esse saldo é de 5.132.327,39€. Resulta do somatório entre o saldo inicial de 3.723.718,86€ mais o saldo do exercício de 1.552.496,40€.

## DÍVIDA

Analisando a dívida total a terceiros em 31/12/2016, a mesma totalizava 3.131.94,71€, sendo que 320.863,25€ respeita a dívida de curto prazo e 2.811.078,46€ a dívida de médio e longo prazos. Para a dívida de médio e longo prazo concorre, para além da dívida a instituições de crédito resultante da contratação de empréstimos, a dívida resultante do Fundo de Apoio Municipal.

O valor de dívida total apresentado evidencia uma diminuição de cerca oitocentos e oitenta mil euros relativamente ao ano anterior, que represente uma redução de mais de 20%, confirmando a tendência já desde 2013.

O – **Quadro 9**, que apresentamos de seguida reflete bem o enorme esforço efetuado para redução da dívida municipal. Tomando como referência o valor da dívida em 2012, que era de 6.239.197€ verificou-se uma redução de cerca de 50%.

## Relatório de Execução Financeira

### Quadro 9 - Evolução das Dívidas a Terceiros

	Dívida em 31/12/2013	Dívida em 31/12/2014	Dívida em 31/12/2015	Dívida em 31/12/2016
Dívidas de médio e longo prazo	5 006 166,65	4 087 392,01	3 692 391,73	2 811 078,46
Dívidas de curto prazo	546 119,53	708 336,77	328 334,59	320 863,25
<b>TOTAL</b>	<b>5 552 286,18</b>	<b>4 795 728,78</b>	<b>4 020 726,32</b>	<b>3 131 941,71</b>

Fruto da capacidade de endividamento demonstrada, o Município prepara neste momento uma operação financeira de 2.750.000€, com vista a concretizar dois importantes investimentos.

### Dívida de Curto Prazo

A Autarquia apresentava em 31 de dezembro de 2016, uma dívida a terceiros de curto de prazo de 320.863,25€. Trata-se de um valor residual, na sua grande maioria referente a faturação de dezembro que só foi rececionado na autarquia em 2017 quando o ano 2016 já se encontrava encerrado ao nível da tesouraria e por esse motivo não pode ser paga. Esta componente da dívida tem ao longo dos últimos 4 anos vindo a diminuir sendo que no final de 2016 se situou cerca de 40% do valor de 2013.

### Dívida de Médio e Longo Prazos

A dívida de médio e longo prazo constituída por dívida resultante da contratação de empréstimos no montante de 2.377.359,57€ e pela dívida resultante do Fundo de Apoio Municipal no montante de 433.718,89€.

No que respeita à dívida resultante de empréstimos a mesma tem vindo a ser reduzido à média de 900.000,00€ ao ano, fruto das amortizações das operações e de não ter sido possível contratar mais qualquer operação nos últimos anos.

Relativamente á dívida resultante do FAM a mesma foi estipulado por lei e vem sendo amortizada anualmente no valor de 108.428,00€. No final de 2016 a dívida por conta desta rúbrica é de 542.146,89€, dos quais 108.428,00€ referente à parcela a amortizar em 2016 encontra-se refletido na dívida de curto.

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Da análise do quadro seguinte é possível concluir que a taxa de execução das Grandes Opções do Plano, que inclui o Plano Plurianual de Investimentos e as Grandes Opções do Plano em 2016, foi de 56%, num total de despesa paga de 6.376.971,83€ valor relativamente inferior ao executado no ano 2015 – **Quadro 10**.

### Relatório de Execução Financeira

#### Quadro 10 - Execução das Grandes Opções do Plano

Sector de Atividade	2015		Orçamento 2016			Distr. Invest.
	Executado (1)	%	Final (2)	Executado (3)	% (4)=(3)/(2)	
Administração Geral	689 747,50	10%	657 521,86	400 806,33	61%	6%
Proteção Civil e luta contra incêndios	175 376,85	3%	189 000,00	88 736,86	47%	1%
Ensino Não Superior	385 514,57	6%	37 000,00	18 643,69	50%	0%
Serviço Auxiliares de Ensino	325 493,22	5%	506 900,00	379 869,30	75%	6%
Ação Social	280 256,02	4%	560 410,00	295 865,15	53%	5%
Habitação	135 769,62	2%	953 050,00	746 352,55	78%	12%
Ordenamento do Território	1 845,00	0%	131 450,00	22 140,00	17%	0%
Saneamento	280 128,49	4%	627 690,00	329 034,89	52%	5%
Abastecimento de Água	654 909,97	10%	1 019 936,00	492 020,83	48%	8%
Resíduos Sólidos	190 447,61	3%	260 000,00	171 271,07	66%	3%
Proteção do Meio Ambiente e Conserv. Natureza	35 821,26	1%	476 000,00	242 530,75	51%	4%
Cultura	584 899,55	9%	418 975,00	241 798,45	58%	4%
Desporto e Tempos Livres	342 723,99	5%	402 585,00	194 979,14	48%	3%
Outras Atividades Cívicas e Religiosas	0,00	0%	0,00	0,00	0%	0%
Indústria e Energia	313 027,11	5%	1 074 102,00	681 730,07	63%	11%
Transportes Rodoviários	733 432,25	11%	1 965 069,00	704 472,37	36%	11%
Mercados e Feiras	24 600,38	0%	203 819,00	141 651,09	69%	2%
Turismo	703 608,49	11%	700 491,00	306 998,63	44%	5%
Desenvolvimento Económico	10 300,00	0%	55 000,00	0,00	0%	0%
Administração Autárquica	176 081,85	3%	178 500,00	144 723,07	81%	2%
Parque Móvel	541 902,75	8%	982 975,00	773 347,59	79%	12%
<b>TOTAL</b>	<b>6 585 886,48</b>		<b>11 400 473,86</b>	<b>6 376 971,83</b>	<b>56%</b>	<b>100%</b>

De referir que as grandes opções do plano são constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) que apenas inclui despesas classificadas no capítulo 07 – aquisição de bens de capital e pelas Atividades Mais Relevantes (AMR´s) que incluem um conjunto de Ações e de iniciativas classificadas nas diferentes rubricas da despesa corrente.

Os valores apresentados nas colunas (1) e (3), dizem respeito a despesa efetivamente paga. Em 2016 o valor executado nas Gop's ascendeu aos 6.300.000€, uma execução de 56% do valor previsto.

Da leitura do quadro anterior, é possível identificar as principais áreas de investimento em 2016, sendo que assume lugar de destaque, o Parque Móvel e a Habitação, com um valor de investimento de 750.000€, representam cerca de 12% cada, do valor total executado. Surgem de seguida com 11% do investimento os Transportes Rodoviários e a Indústria e Energia cujo valor investido, ronda os 700.000€ em cada uma das áreas.

De seguida apresentamos um resumo das principais intervenções, quer sejam obras por administração direta, por empreitada, ou atividades e ações, que contribuíram para o valor global da despesa, por setor de atividade:

Ao nível do **Setor de Administração Geral**, o valor total executado foi de 400.806,33€. Para este valor contribuíram, entre outros, os seguintes investimentos:

- Aquisição de Equipamento Básico, Administrativo e de Comunicações, Equipamentos Informáticos e Software diverso necessários à contínua modernização dos serviços. Foram adquiridos computadores para os diversos serviços, para além das licenças anuais das várias aplicações.
- A continuação das obras de substituição das coberturas no estaleiro municipal.
- As intervenções ao nível das caixilharias e no pavimento no Edifício dos Paços do Concelho.
- A aquisição dos terrenos do Bairro Alto na Mina de São Domingos.
- Os seguros de pessoal, de bens e dos edifícios.
- 

Ao nível da **Segurança e Ordem Pública**, o valor total executado foi de 88.736.86€. Para este valor contribuiu essencialmente os apoios atribuídos à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mértola para funcionamento do Gabinete Municipal de Proteção Civil e para as comparticipação das intervenções levadas a cabo no Edifício sede, e ainda os trabalhos regulares anuais ao nível manutenção do perímetro florestal.

Ao nível do Setor **Educação**, o valor total executado foi de 398.512,99€. Para o ano em análise, destacamos as seguintes intervenções / ações:

- Aquisição de vinhetas à Rodoviária para transporte de alunos.
- Auxílios Económicos que incluem refeições, subsídios escolares e Bolsa de Estudo Serrão Martins.
- Protocolo com Santa Casa da Misericórdia de Mértola para prestação de serviços de apoio à Educação.

No ano em análise, o valor afeto á **Ação Social** ascendeu aos 295.865,15€. Para além dos apoios regulares às Instituições sociais de solidariedade social, importa referir os apoios sociais quer no âmbito do cartão social quer através do programa de incentivos aos nascimentos.

- Em 2016 foram atribuídos os seguintes apoios, no âmbito do Programa de Apoio às IPSS do Concelho, por entidade:
  - Santa Casa da Misericórdia de Mértola – 92.492,83€
  - Núcleo de Voluntariado de Mértola – 2.100,00€
  - Centro de Apoio a Idosos de Moreanes – 16.920,99€
  - Centro Social dos Montes Altos – 6.400,00€
  - Casa do Povo de Santana de Cambas – 15.867,60€
  - Moura Salúquia – Associação de Mulheres do Concelho de Moura – 1.056,00€
- No âmbito das comparticipações do Cartão Social durante o ano 2016 foram efetuados os seguintes processamentos, num total de 57.253,74€:
  - novembro a dezembro de 2015 – 11.822,75 €
  - janeiro a fevereiro de 2016 – 9.049,01€
  - março a abril de 2016 – 8.982,06€
  - maio/junho de 2016 – 9.215,83€
  - julho/agosto de 2016 – 9.323,95€
  - setembro a outubro de 2016 – 8.856,18€

- No âmbito do Programa de Animação Social, no ano em apreciação, podemos destacar as seguintes atividades: Passeio de Barco, Passeios de Verão, XX Encontro de Reformados, Pensionista e Idosos do Concelho.
- No âmbito do Programa de Incentivo aos Nascimentos, Apoio ao Segundo Filho e Apoio à População Portadora de Deficiência, foram pagos 13.586,67€.
- Os apoios concedidos à Universidade Sénior totalizaram 34.800€
- A revisão do projeto do Lar de São Miguel do Pinheiro e do Centro de Apoio Ocupacional para a população portadora de deficiência.
- Os valores alocados aos novos programas de ocupação municipal ascenderam a 40.270,67€.

O **Setor da Habitação** tem merecido ao longo dos últimos anos uma especial atenção. O investimento neste setor de atividade traduz-se por um lado na recuperação do parque habitacional propriedade do Município e no desenvolvimento de novos loteamentos para construção. O valor total executado no ano foi de 746.352,55€, destacando:

- A conclusão das intervenções nos edifícios para arrendamento social no Centro histórico e na Avenida.
- Os apoios habitacionais concedidos a particulares para recuperação das suas habitações ou para construção de instalações sanitárias que totalizou 38.988€.
- O início da construção do loteamento ZEU1 na Mina de São Domingos.

Ao nível do Setor de Atividade **Saneamento Básico**, o valor total investido foi de 329.034,89€. Este setor tem sido nos últimos anos prioritário ao nível da realização de investimento. Para este ano em concreto, destacamos os seguintes investimentos:

- Início das obras de abastecimento de água, saneamento básico e pavimentação em João Serra
- Serviços de manutenção e controlo de qualidade das ETAR's das diversas povoações – 149.810,00€

O **Abastecimento de Água**, é outro dos setores de atividade que tem sido nos últimos anos objeto de investimento considerável. Em 2015, o investimento neste setor totalizou 492.020,83€.

- Início das obras de abastecimento de água, saneamento básico e pavimentação em João Serra
- Serviços de operação de manutenção e exploração dos sistemas de abastecimento das diversas povoações – 125.901,51€
- Realização de análises para controlo de qualidade da água
- Aquisição de água à empresa Águas Públicas do Alentejo – 239.012,07€

O investimento na área dos **Resíduos Sólidos** totalizou em 2016 o valor de 171.271,07€. Neste setor de atividade a despesa realizada prende-se com a manutenção das viaturas de recolha de resíduos e com a deposição dos resíduos no aterro da Resialentejo.

Na área da **Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza**, o valor investido ascendeu aos 242.530,75€. Incluem-se neste setor as intervenções levadas a cabo no Cemitério da Nossa Senhora das Neves, a construção e beneficiação de espaços verdes, a obra da ampliação da Casa Mortuária de Mértola, e ainda a elaboração dos estudos relacionados com a Biodiversidade do Vale do Guadiana

O investimento na área da **Cultura** no ano 2016 ascendeu aos 241.798,45€. Para este valor contribuíram os apoios atribuído às associações culturais, quer para a atividade regular quer para a realização de investimentos, que totalizaram:

- Apoio para Atividades Regulares – 23.094,02€
- Apoio para Aquisição de Equipamentos e Investimento – 27.327,00€

Contribuíram ainda para a despesa global neste setor toda a despesa afeta à dinamização da promoção das diversas atividades relacionadas com a Agenda Cultural do Município, como seja: A programação regular da Biblioteca Municipal, Programação Regular de Cinema, Feira do Livro, Arte Non Stop, Dia da Criança, Programação da Casa de Artes Mário Elias, MertolArte, Comemorações do 25 de Abril, Dia da Mulher, Viagem para Jovens, Semana “Lembrar Serrão Martins” e as Comemorações de São Martinho, entre outras de menor impacto.

A realização de atividades no setor **Desporto, Recreio e Lazer**, totalizaram 194.979,14€. Para o valor despendido com este setor de atividade, contribuíram em muito os apoios concedidos aos vários clubes desportivos do Concelho.

O apoio às Associações e Clubes Desportivos do Concelho, atribuído ao abrigo do Programa de Apoios Regulares contribui decisivamente para o sucesso da atividade desportiva destas coletividades.

Em 2016, foram atribuídos os seguintes apoios, por programa:

- Atividade Regular – 134.446.86€
- Apoio específico para investimentos – 9.807,40€

Incluem-se ainda neste Setor ainda as diversas intervenções levadas a cabo na praia Fluvial da Mina de São Domingos, bem como os custos relacionados com as atividades levadas a efeito no âmbito do Programa Mértola Radical.

Na área da **Indústria e Energia**, o valor afeto ascendeu aos 680.000,00€. O valor afeto nesta rúbrica tem essencialmente a ver com o custo anual da iluminação pública do Concelho e o fornecimento de energia para as diversas instalações propriedades do Município. Incluem-se ainda nesta rúbrica algumas melhorias introduzidas no reforço das redes de iluminação pública.

No Setor dos **Transportes Rodoviários**, o valor total executado foi de 704.472,37€. Realizaram-se ao longo do ano importantes intervenções por administração direta nos arruamentos em diversas povoações e também em algumas estradas e caminhos municipais do Concelho.

Destacamos as seguintes intervenções:

- Novas intervenções em arruamentos na Mina de São Domingos;
- Grandes reparações e beneficiações de diversas estradas e caminhos do concelho, como sejam a conclusão do alargamento e pavimentação da estrada São Miguel do Pinheiro/Alcaria Longa/EN 267 e a intervenção entre o cruzamento dos Namorados e a João Serra.
- Beneficiação de arruamentos em diversas povoações, e ainda as intervenções habitualmente levadas a cabo na manutenção de bermas e no corte de vegetação.

De referir também ainda neste setor o início da obra de pavimentação em João Serra e a conclusão da obra de reabilitação da Ponte Sobre Rio Oeiras

No setor de atividade **Mercados e Feiras**, o valor total executado foi de 141.651,09 €. Para este valor contribuíram as despesas relacionadas com a realização da Feira do Mel, Queijo e Pão, a Feria Agropecuária Transfronteiriça, bem como o valor afeto à execução do projeto do Pavilhão Multiusos.

Na rubrica, **Turismo**, o valor total investido foi de 306.998,63€. Destacam-se a realização das atividades regulares, entre elas:

- 14ª Edição do Festival do Peixe do Rio;
- Festas da Vila;
- Participação na Ovibeja;

- 7ª Edição da Feira da Caça;
- E ainda as verbas despendidas com a realização do projeto para a recuperação da Casa Cor de Rosa no Centro Histórico.

O setor de atividade **Administração Autárquica** contempla todos os apoios e transferências para as Juntas de Freguesia. O quadro em baixo – **Quadro 11**, resume os valores transferidos por freguesia, e por tipo de protocolo:

Juntas de Freguesia	Escolas	Cobrança Água	Ramais Água, Saneamento e limpeza de fossas	Limpeza de Vias	Limp. De Edifícios - Mercado	Outras p/ Investimentos	Total
Alcaria Ruiva	2 415,50	3 144,43	555,52	8 747,04	0,00	0,00	14 862,49
Corte Pinto	2 994,96	5 857,28	1 125,88	4 255,76	13 300,79	0,00	27 534,67
Espirito Santo	770,18		435,50	5 515,76	0,00	0,00	6 721,44
Mértola	4 918,50	2 054,00	1 387,29	14 452,08	0,00	0,00	22 811,87
São João dos Caldeireiros	1 641,00	3 209,08	306,42	5 082,08	0,00	0,00	10 238,58
União de Freguesias de S. Miguel do Pinheiro, S. Sebastião dos Carros e de S. Pedro de Sólis	1 597,50	5 152,84	1 034,31	13 906,08	0,00	0,00	21 690,73
Santana da Cambas	2 475,00	2 618,35	991,66	7 095,96	0,00	27 682,32	40 863,29
<b>TOTAL</b>	<b>16 812,64</b>	<b>22 035,98</b>	<b>5 836,58</b>	<b>59 054,76</b>	<b>13 300,79</b>	<b>27 682,32</b>	<b>144 723,07</b>

No setor do **Parque Móvel** em 2016 foram investidos um total 773.347,59€.

Para este valor contribuiu em grande parte a aquisição de um novo Camião com semi reboque, duas viaturas de 9 lugares para transportes escolares e uma máquina Giratória. Para além destas aquisições foram ainda efetuadas diversas reparações em máquinas e viaturas.

Para este valor contribuiu ainda o valor despendido com a aquisição de combustíveis que ascendeu aos 320.000,00€.

## FINANCIAMENTOS COMUNITÁRIOS

A informação que de seguida apresentamos respeita às Operações / Projetos candidatados a fundos comunitários apresentados, aprovados ou que tiveram execução no decurso do quadro comunitário 2007/2013.

### Quadro 12

O quadro em baixo resume o volume investimento candidatado ao longo do anterior quadro comunitário.

QREN 2007/2013	(acumulado até 31/12/2016)			Valores de 2016		
	Investimento Candidatado	Investimento Aprovado	Investimento Elegível	Financiamento Aprovado	Pedidos de pagamento apresentados	Financiamentos recebidos
INALENTEJO	9 977 784,16	9 640 187,62	8 741 055,99	7 267 738,00	468 072,76	677 067,92
POCTEP	1 096 358,88	1 096 358,88	1 096 358,88	822 269,16	311 684,73	185 017,57
PRODER	1 284 663,99	1 087 087,00	1 087 087,00	759 424,99	-	-
POPH	282 711,64	244 122,76	244 122,76	172 775,10	-	-
POVT	7 137 835,42	6 316 537,31	5 114 068,13	4 346 957,91	6 590,55	431 978,91
COMPETE	389 701,31	379 246,31	379 246,31	322 359,36	-	92 152,13
<b>TOTAL</b>	<b>20 169 055,40</b>	<b>18 763 539,88</b>	<b>16 661 939,07</b>	<b>13 691 524,52</b>	<b>786 348,04</b>	<b>1 386 216,53</b>

Mais de Vinte milhões de investimento candidatado ao longo dos 7 anos, cerca de catorze milhões de financiamentos aprovados. São sem dúvida números, que nos deixam satisfeitos pelo trabalho feito, e uma enorme responsabilidade para que no próximo quadro comunitário possamos ser ainda mais ambiciosos.

No que se refere ao 2016 em concreto, referente essencialmente ao encerramento de projetos, foram ainda efetuados pedidos de pagamento montante de 786.000€ e arrecadada receita na ordem dos 1.386.000€.

PORTUGAL 2020	(acumulado até 31/12/2016)			Valores de 2016		
	Investimento Candidatado	Investimento Aprovado	Investimento Elegível	Financiamentos Aprovados	Pedidos de pagamento apresentados	Financiamentos recebidos
POSEUR	2 017 745,77	1 493 084,90	1 493 084,90	1 269 122,16	82 630,55	70 235,97
PDR 2020	51 151,67	-	-	-	-	-
POCTEP	777 671,44	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2 846 568,88</b>	<b>1 493 084,90</b>	<b>1 493 084,90</b>	<b>1 269 122,16</b>	<b>82 630,55</b>	<b>70 235,97</b>

No âmbito do novo quadro comunitário – Portugal 2020, que começa agora a dar os primeiros passos, é possível desde logo perceber e destacar os cerca de três milhões de investimento já candidatados e o valor de mais de uma milhão de euros de financiamento já aprovado. Indícios que o Município de Mértola, à

semelhança do anterior quadro, está devidamente preparado para fazer um excelente aproveitamento das oportunidades de fundos comunitários que se proporcionarem.

## ALGUNS INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA

### Indicadores de Gestão Orçamental

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética que transmitem uma visão global da situação das finanças devido ao facto da sua estruturação se basear em agregados patrimoniais diversificados. Devido às especificidades de cada município, nomeadamente na forma como se organiza, para dar cumprimento às suas atribuições e competências, não permitem, em termos de comparabilidade, a equiparação de realidades autárquicas diferentes.

Apresentamos de seguida alguns indicadores que nos ajudam a perceber melhor a estrutura económica/financeira da autarquia de Mértola, bem como a sua evolução ao longo dos últimos quatro anos.

### Grau de cobertura global das receitas e das despesas

#### Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais

2013	2014	2015	2016
109%	98%	104%	112%

#### Mede a capacidade das receitas de capital cobrirem as despesas da mesma natureza

2013	2014	2015	2016
89%	60%	45%	58%

#### Mede a capacidade das receitas correntes cobrirem as despesas da mesma natureza

2013	2014	2015	2016
118%	116%	136%	135%

#### Mede o grau de cobertura da despesa total pelas transferências recebidas

2013	2014	2015	2016
93%	81%	85%	92%

Os rácios apresentados neste título permitem-nos essencialmente avaliar a capacidade da Autarquia em gerar receitas que lhes permita cobrir as despesas. Este indicador registou em 2016 uma percentagem de 112%, maior percentagem alcançada nos anos em análise. Relativamente a este indicador e dado o volume do saldo da gerência evidenciado é possível que a autarquia possa continuar a realizar despesa acima do

valor da receita, pois esse diferencial será sempre coberto pelo saldo da gerência que não entra no conceito de receita do ano.

Relativamente ao segundo indicador, que registou em 2016 uma percentagem de 58%, de referir que é possível que apresente consecutivamente percentagens menores, motivada pela decisão do executivo em afetar 90% da receita proveniente do orçamento de estado à componente de receita corrente, para mais facilmente gerir o princípio do equilíbrio orçamental a que está obrigado. Assim a receita corrente ficou amputada de parte dessa transferência e será anualmente maior ou menor consoante a capacidade do Município em obter financiamentos. Devemos ainda referir em conclusão que este indicador mais baixo, não representa qualquer risco para a gestão, uma vez que é sempre possível liquidar despesa de capital com receita corrente.

Ao nível da componente de corrente, a Autarquia tem nos últimos anos conseguido garantir receita corrente suficiente para cobrir as despesas correntes. Tratando-se de uma imposição legal foi necessário afetar uma maior fatia dos fundos transferidos através do orçamento de estado à componente corrente, para garantir que este rácio é sempre superior a 100%. Em 2016 atingiu a percentagem de 135%.

O último rácio é apenas a confirmação do grau de dependência do orçamento municipal face às transferências quer sejam do orçamento de estado quer sejam de fundos comunitários. Esta é uma realidade a que já estamos habituados e para a qual não há muito a fazer, a não ser trabalhar no sentido de garantir que se atinja alguma estabilidade ao nível das transferências do orçamento de estado e ainda dotar os serviços municipais de recursos humanos especializados para que se possa aproveitar ao máximo os financiamentos comunitários que forem sendo disponibilizados.

### Rácios de estrutura da receita

#### Mede o peso das receitas próprias do município no total de receitas arrecadadas

2013	2014	2015	2016
15%	17%	18%	17%

#### Mede o peso das receitas provenientes dos impostos diretos na receita total

2013	2014	2015	2016
5%	5%	5%	4%

#### Mede o peso das transferências recebidas na receita total da autarquia

2013	2014	2015	2016
85%	83%	82%	83%

A confirmar de certa forma o que referimos no último parágrafo estes rácios demonstram por um lado, a dificuldade da autarquia em gerar receitas próprias, por outro lado o peso diminuto das receitas proveniente dos impostos diretos, como sejam o IMI, o IMT, ou o IUC, na estrutura da receita e por último a dependência do orçamento municipal face às transferências.

É possível de identificar uma certa estabilidade ao nível das receitas próprias que representam em 2016 17% das receitas totais.

### Rácios da estrutura da despesa

#### Mede o peso da despesa de capital na despesa total

2013	2014	2015	2016
30%	32%	36%	30%

#### Mede o peso da despesa com pessoal na despesa total

2013	2014	2015	2016
36%	35%	34%	35%

Neste capítulo apresentamos apenas dois indicadores. O primeiro mede a capacidade da autarquia em afetar os recursos disponíveis á componente de investimento. Este indicador que nos últimos quatro anos andou sempre abaixo dos 40%, e que me 2016 voltou a descer, poderá nos próximos anos atingir valores muito mais elevados.

Quanto ao segundo indicador, de salientar uma tendência de algum equilíbrio. As despesas com pessoal obtiverem ao longo dos últimos anos um valor entre os 34% e os 36% o que revela uma gestão cuidada desta componente da despesa.

### Indicadores de Gestão Patrimonial

Não existindo indicadores específicos de análise económico-financeiros das performances das autarquias, considerou-se a utilização dos modelos aplicados à atividade empresarial. Devido às especificidades de atividade, objetivos, contextualização e informação é importante ter a noção que alguns dos indicadores apresentados podem não ter a mesma leitura para um município que terão para o mundo empresarial.

## Rácios de liquidez

A regra do equilíbrio financeiro aconselha que a Liquidez Geral, em percentagem, seja superior a 100%. Os valores apresentados indicam-nos claramente que não se perspetivam situações de dificuldade ao nível da tesouraria, existindo assim um equilíbrio entre o grau de liquidez e o grau de exigibilidade das origens.

### Liquidez Geral

Revela o grau de cobertura do passivo circulante por ativo circulante

2013	2014	2015	2016
759%	368%	1296%	1885%

### Liquidez Imediata

Revela o grau de cobertura do passivo circulante por disponibilidades

2013	2014	2015	2016
659%	306%	1110%	1670%

Qualquer um dos indicadores apresentados neste capítulo, comprovam as disponibilidades financeiras da autarquia e a sua capacidade para cumprir os compromissos assumidos. Estes rácios tem ao longo dos últimos quatro anos vindo a registar valores altíssimos o que garantem a estabilidade financeira da autarquia no médio e longo prazo.

## Rácios de alavanca financeira

### Endividamento

Apura a extensão com que a autarquia utiliza o capital alheio no financiamento das suas atividades

2013	2014	2015	2016
36%	34%	33%	31%

## Estrutura de Endividamento

### Mede o peso das dívidas de curto prazo

2013	2014	2015	2016
11%	26%	11%	13%

## Grau de Dependência dos Empréstimos a Curto, Médio e Longo Prazo

### Mede o grau de dependência do ativo líquido relativamente aos empréstimos contraídos pela autarquia

2013	2014	2015	2016
7%	6%	5%	3%

Os rácios de alavanca financeira são utilizados para análise de crédito, identificando por isso as dívidas que a autarquia contraiu e as implicações que as mesmas têm na exploração.

A utilização deste rácio permite-nos aferir o grau em que a autarquia utiliza o capital alheio para financiar a sua atividade. Com o valor apresentado conclui-se que 31% da atividade municipal é financiada por capitais alheios. Este rácio tem vindo a desde ao longo dos anos, espera-se contudo que o mesmo possa no próximo ano registar um ligeiro acréscimo fruto da contratação de novas operações financeiras, mas que em nada vai afetar a boa capacidade de endividamento da Autarquia.

De referir ainda o peso das dívidas de curto prazo, que regista uma percentagem de 13%, quase insignificante para a atividade da Autarquia.

## Rácios de solvabilidade e de autonomia financeira

### Autonomia Financeira

#### Mede a autonomia financeira da autarquia e a sua dependência nessa mesma proporção

2013	2014	2015	2016
64%	66%	67%	69%

### Solvabilidade

#### Mede a relação entre o capital próprio e o capital alheio

2013	2014	2015	2016
177%	192%	205%	222%

Estes rácios traduzem a posição de dependência da Autarquia face aos seus credores.

Em qualquer um dos indicadores é notória uma evolução favorável. Significa que a atividade da autarquia é cada vez mais independente de capitais alheios.

Face ao elevado valor do indicador de solvabilidade apurado, é revelada uma grande independência da autarquia face às responsabilidades assumidas e um risco mais reduzido para os seus credores.

Estes indicadores permitem-nos concluir que a autonomia financeira da autarquia é confortável face à dependência de terceiros, o que significa que a atividade camarária é financiada em 69% pelos seus Fundos Próprios.

## **Outros Indicadores**

### **Prazo Médio de Pagamento**

<b>Prazo Médio de Pagamento</b>			
2013	2014	2015	2016
26	17	13	13

O cálculo deste indicador foi feito aplicando a fórmula publicada no Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, publicado no DR nº 71, 2ª Série Parte C.

Trata-se de um indicador que tem ao longo dos últimos anos merecido uma grande preocupação. O Município pretende atingir neste indicador um desempenho que o coloque ao nível dos melhores do País, o que tem sido alcançado nos últimos anos. Em 2016, mantivemos os 13 dias de prazo médio de pagamento, e com isso esperamos continuar a ser apontados com um dos Municípios com melhor desempenho, à semelhança do que aconteceu no ano 2015.

## **ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL**

O endividamento autárquico encontra-se regulamentado pelo artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

Refere o artigo 52.º que a dívida total do município incluindo da dívida de todas as entidades que revelam para a dívida total municipal, e que se encontram previstas no artigo 54.º da mesma Lei, não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

A tabela seguinte pretende demonstrar a dívida total do município em 31/12/2016 bem como a sua situação face aos limites impostos pela legislação aplicável.

### Quadro 13 – Composição da Dívida Total das Operações Orçamentais

<b>1. Dívidas de M/L prazo</b>	<b>2.811.078,46€</b>
<b>2. Dívidas a Curto Prazo</b>	<b>320.863,25€</b>
<b>3. Dívidas Não Orçamentais</b>	<b>620.843,48€</b>
<b>4. Dívida Total de Operações Orçamentais (1+2-3)</b>	<b>2.511.098,23€</b>

### Quadro 14 – Situação do Município face ao limite

<b>1. Dívida Total das Operações Orçamentais</b>	<b>2.511.098,23€</b>
<b>2. Contribuição das entidades SM, AM, SEL para a dívida total</b>	<b>117.251,27€</b>
<b>3. Dívida total a Considerar (1+2)</b>	<b>2.628.349,50€</b>
<b>4. Limite ao endividamento</b>	<b>6.021.999,41€</b>
<b>5. Margem face ao limite (4-3)</b>	<b>3.393.649,91€</b>

Da análise do endividamento líquido, podemos concluir que o Município cumpriu todas as disposições legais, ficando abaixo de todos os limites estabelecidos, ficando inclusive ainda com uma margem considerável como se pode comprovar pelos valores apresentados para recorrer à contratação de novas operações de financiamento.

### APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a linha d) do ponto 13 do Decreto-Lei n.º 54 – A /99, de 22 de fevereiro, propõe-se que o Resultado Líquido do exercício, no valor de 2.278.843,31€, seja incorporado na conta 59 – Resultados Transitados e posteriormente constituída Reserva Legal de acordo com o ponto 2.7.3.4 e 5 do Decreto-Lei n.º 54 – A /99 de 22 de fevereiro.

Conta 571 – Reservas Legais (10%) - 227.873,64€